

Aviso n.º 7775/2008

Por decreto do Secretário de Estado Adjunto e da Administração Interna de 13 de Agosto de 2007, foi concedida a nacionalidade portuguesa, por naturalização, a José Ross Dayves, natural de Bissau, República da Guiné-Bissau, de nacionalidade guineense, nascido a 26/04/1964, o qual poderá gozar os direitos e prerrogativas inerentes, depois de cumprido o disposto no artigo 34.º do Decreto-Lei n.º 322/82, de 12 de Agosto, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 253/94, de 20 de Outubro e pelo Decreto-Lei n.º 37/97, de 31 de Janeiro.

4 de Março de 2008. — Pelo Director-Geral, a Chefe de Departamento de Nacionalidade, *Marina Nogueira Portugal*.

Aviso n.º 7776/2008

Por decreto do Secretário de Estado Adjunto e da Administração Interna de 13 de Agosto de 2007, foi concedida a nacionalidade portuguesa, por naturalização, a Harmesh Singh, natural de Punjab, República da Índia, de nacionalidade indiana, nascido a 25/07/1966, o qual poderá gozar os direitos e prerrogativas inerentes, depois de cumprido o disposto no artigo 34.º do Decreto-Lei n.º 322/82, de 12 de Agosto, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 253/94, de 20 de Outubro e pelo Decreto-Lei n.º 37/97, de 31 de Janeiro.

4 de Março de 2008. — Pelo Director-Geral, a Chefe de Departamento de Nacionalidade, *Marina Nogueira Portugal*.

Aviso n.º 7777/2008

Por decreto do Secretário de Estado Adjunto e da Administração Interna de 13 de Agosto de 2007, foi concedida a nacionalidade portuguesa, por naturalização, a Suzana Eduardo Avelino, natural de Bengo, República de Angola, de nacionalidade angolana, nascida a 26/03/1966, a qual poderá gozar os direitos e prerrogativas inerentes, depois de cumprido o disposto no artigo 34.º do Decreto-Lei n.º 322/82, de 12 de Agosto, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 253/94, de 20 de Outubro e pelo Decreto-Lei n.º 37/97, de 31 de Janeiro.

4 de Março de 2008. — Pelo Director-Geral, a Chefe de Departamento de Nacionalidade, *Marina Nogueira Portugal*.

Rectificação n.º 534/2008

Por ter sido publicado com inexactidão o Aviso n.º 4134/2004 (*Diário da República*, 2.ª série, n.º 78 de 1 de Abril de 2004), relativo à concessão da nacionalidade portuguesa, por naturalização, rectifica-se que:

onde se lê: “Maria Ambrosina Borges Monteiro” deve ler-se: “Maria Ambrosina Gomes Monteiro”

28 de Fevereiro de 2008. — O Director-Geral, a Chefe de Departamento de Nacionalidade, *Marina Nogueira Portugal*.

Rectificação n.º 535/2008

Por ter sido publicado com inexactidão o Aviso n.º 20 619/2007 (*Diário da República*, 2.ª série, n.º 206 de 25 de Outubro de 2007), relativo à concessão da nacionalidade portuguesa, por naturalização, rectifica-se que onde se lê: “Aissato Bá” deve ler-se: “Aissatu Bá”.

28 de Fevereiro de 2008. — Pelo Director-Geral, a Chefe de Departamento de Nacionalidade, *Marina Nogueira Portugal*.

Rectificação n.º 536/2008

Por ter sido publicado com inexactidão o Aviso n.º 5268/2006 (*Diário da República*, 2.ª série, n.º 87 de 5 de Maio de 2006), relativo à concessão da nacionalidade portuguesa, por naturalização, rectifica-se que:

onde se lê: “Valeriya Yordanova Kalomenska” deve ler-se: “Valeria Iordanova Kalomenska”

28 de Fevereiro de 2008. — Pelo Director-Geral, a Chefe de Departamento de Nacionalidade, *Marina Nogueira Portugal*.

Rectificação n.º 537/2008

Por ter sido publicado com inexactidão o Aviso n.º 15 252/2007 (*Diário da República*, 2.ª série, n.º 161 de 22 de Agosto de 2007), relativo à concessão da nacionalidade portuguesa, por naturalização, rectifica-se que onde se lê: “natural de Calumbunge” deve ler-se: “natural de Ingombota”

28 de Fevereiro de 2008. — Pelo Director-Geral, a Chefe de Departamento de Nacionalidade, *Marina Nogueira Portugal*.

Rectificação n.º 538/2008

Por ter sido publicado com inexactidão o Aviso n.º 3637/2008, (*Diário da República*, 2.ª série, n.º 32 de 14 de Fevereiro de 2008, relativo à concessão da nacionalidade portuguesa, por naturalização, rectifica-se que onde se lê “27/12/1966” deve ler-se “27/12/1976”.

29 de Fevereiro de 2008. — Pelo Director-Geral, a Chefe de Departamento de Nacionalidade, *Marina Nogueira Portugal*.

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA**Centro de Estudos Judiciários****Despacho n.º 7427/2008**

Nos termos do artigo 13.º da Lei n.º 2/2008, de 14 de Janeiro, fixo o número e a organização dos júris de selecção para as provas da fase escrita a que aludem os artigos 15.º, n.º 1, alínea a), e 16.º, n.ºs 1, 2 e 3, da lei supramencionada, relativas ao concurso de ingresso no XXVII curso de formação inicial teórico-prática de magistrados, na forma que segue:

Via de acesso a que se refere a primeira parte da alínea c) do artigo 5.º da Lei n.º 2/2008, de 14 de Janeiro:

Júri A

Presidente — juiz conselheiro José António Santos Cabral.
 Professora Doutora Maria Raquel de Sousa Freire.
 Professor Doutor António Casimiro Ferreira.
 Mestre Marisa Isabel dos Santos Matias.
 Juíza desembargadora Isabel Maria Faria Canadas.
 Procurador da República Augusto Manuel Revês do Nascimento.
 Juíza de direito Maria Rosa Papança Barroso.
 Juiz de direito Paulo Eduardo Cristão Correia.
 Procuradora-adjunta Olga Maria Sousa Caleira Coelho.
 Procurador-adjunto Pedro Miguel Figueira Verdelho.

Júri B

Presidente — procurador-geral-adjunto Luís Filipe Ramos Bonina.
 Professor Doutor António Manuel Nogueira Goucha Soares.
 Professora Doutora Patrícia Laidley Melo Galvão Teles.
 Mestre Miguel Rocha de Sousa.
 Procurador-geral-adjunto Francisco Moreira Maia Neto.
 Juiz desembargador Joaquim António Chambel Mourisco.
 Juíza desembargadora Maria do Carmo Saraiva Menezes da Silva Dias.
 Juíza de direito Maria Adelaide de Jesus Domingos.
 Procurador da República Fernando Martins Amaral.
 Procurador da República João Alberto Figueiredo Monteiro.

Júri C

Presidente — juiz conselheiro Manuel Maria Duarte Soares.
 Professor Doutor Eduardo Jorge Gonçalves Barata.
 Professora Doutora Paula Duarte Lopes.
 Mestre Mónica Rafael Simões.
 Juiz conselheiro Salvador Pereira Nunes da Costa.
 Procuradora da República Maria Filomena Miranda Almeida Cunha.
 Juiz de direito Artur Daniel Tarú Vargues da Conceição.
 Procuradora-adjunta Helena Maria de Carvalho Martins Leitão.
 Procurador-adjunto João Pires Cardoso Alves.
 Juiz de direito Pedro Maria Godinho Vaz Patto.

Júri D

Presidente — procuradora-geral-adjunta Maria Helena Santos Silva Varandas.
 Professor Doutor João Tiago Pedroso de Lima.
 Mestre Ana Sofia Mendes Estanqueiro.
 Mestre Patrícia Penélope Mendes Jerónimo.
 Procurador da República Carlos João Frade Lobato Ferreira.
 Juiz desembargador José Manuel Cabrita Vieira da Cunha.
 Juíza de direito Helena Isabel Ribeiro Carmelo Dias Bolieiro.
 Juíza de direito Maria Isabel Ferraz Pinto Magalhães.
 Procurador-adjunto Manuel Frederico Pacheco Ferreira.
 Procurador-adjunto Plácido Mariano Conde Sousa Rodrigues Fernandes.

Júri E

Presidente — juiz conselheiro Mário da Silva Tavares Mendes.
 Professor Doutor José Manuel Marques da Silva Pureza.
 Mestre Carla Manuela Marcelino Gomes.
 Mestre Rosalina Maria Pisco Costa.
 Juíza desembargadora Ana Maria Barata de Brito.
 Procurador da República Carlos Adérito Silva Teixeira.
 Procurador da República João Manuel Silva Possante.
 Procurador da República Jorge Manuel Almeida Reis Bravo.
 Juiz de direito Luís Filipe Brites Lameiras.
 Juiz de direito Nuno Manuel Guimarães Faria Machado Sampaio.

Júri F

Presidente — procurador-geral-adjunto José António Barreto Nunes.
Professor Doutor Silvério Carlos Matos da Rocha e Cunha.
Mestre Catarina de Lonet Delgado Truninger de Albuquerque Santos Lima.

Mestre Susana Pinto Figueiredo de Noronha.
Procurador-geral-adjunto João Rodrigues do Nascimento Vieira.
Procurador da República José Norberto Ferreira Martins.
Procurador da República Vítor Francisco da Cruz Melo.
Juiz de direito António Carlos Falcão Beça Pereira.
Juíza de direito Carla Inês Brás Câmara.
Juiz de Direito Jorge Manuel Ortins de Simões Raposo.

Júri G

Presidente — juiz conselheiro Rui Hilário Maurício.
Professora Doutora Catarina Cláudia Ferreira Frade.
Mestre Daniela Rute dos Santos Nascimento.
Mestre Tatiana Gonçalves Moura.
Juiz desembargador Sênio Manuel dos Reis Alves.
Procurador da República José António Ferreira Espada Niza.
Juiz de direito João Manuel Monteiro Amaro.
Juiz de direito Rui Manuel Barata Penha.
Procurador-adjunto Manuel António da Silva Marques.

Júri H

Presidente — procurador-geral-adjunto Euclides José Dâmaso Simões.
Professora Doutora Maria de Fátima Jorge Oliveira.
Mestre João Inácio Tavares Roberto.
Mestre Maria Teresa Mendes Fastudo.
Procurador da República Jorge Humberto Fânzeres Castro.
Procurador da República Luís Manuel Cunha Silva Pereira.
Juiz desembargador José Manuel Vieira Lamim.
Juiz desembargador José Maria Sousa Pinto.
Juiz de direito José Manuel Costa Galo Tomé de Carvalho.
Procurador-adjunto Francisco Manuel Neves Martins.

Júri I

Presidente — juiz conselheiro António Pires Henriques da Graça.
Professor Doutor Hermes Augusto Costa.
Mestre Josélia Maria Gomes Mestre Gonçalves.
Mestre Teresa Maria de Moura Anjinho Tomás Ruivo.
Procurador da República João António Silveira Palma Ramos.
Procuradora da República Luísa Isabel Vieira Verdasca Sobral Matias Pinto.

Juiz desembargador Ernesto de Jesus de Deus Nascimento.
Juiz de direito José Francisco Mota Ribeiro.
Juiz de direito João Carlos Malaquias Lee Ferreira.
Procurador-adjunto Agostinho Francisco Sousa Fernandes.

Via de acesso a que se refere a segunda parte da alínea c) do artigo 5.º da Lei n.º 2/2008, de 14 de Janeiro:

Júri A

Presidente — procurador-geral-adjunto João Dias Borges.
Juiz desembargador Afonso Henrique Cabral Ferreira.
Juiz desembargador António João Casebre Latas.
Procuradora da República Maria da Conceição Sousa Ligeiro.
Procurador da República João Francisco Coelho Rodrigues Morais.
Mestre Elizabeth Fernandez.

Júri B

Presidente — juiz conselheiro Urbano Aquiles Lopes Dias.
Juiz desembargador Jorge Manuel Baptista Gonçalves.
Juiz de direito Fernando da Silva Bastos.
Procuradora-adjunta Ângela Maria Silva Neto.
Procuradora-adjunto Rui Manuel Jesus Batista.
Dr. Marco Gonçalves.

Júri C

Presidente — procurador-geral-adjunto Vítor Manuel Santos Silva.
Juiz desembargador António Fernando Barateiro Dias Martins.
Juiz desembargador Pedro Maria Cardoso Gonsalves Mourão.
Procurador da República Pedro Manuel Branquinho Ferreira Dias.
Procurador-adjunto Paulo M. S. Balsemão Campos.
Mestre Bernardo Mascarenhas de Almeida Azevedo.

Júri D

Presidente — juiz conselheiro António Pereira Madeira.
Juíza de direito Ondina Oliveira Carmo Alves.

Juiz de direito Vítor Sérgio Sequinho Santos.
Procurador-adjunto José Eduardo Barbosa Lima.
Mestre Fernando Licínio Lopes Martins.

7 de Março de 2008. — A Directora, *Anabela Miranda Rodrigues*.

Direcção-Geral da Administração da Justiça**Despacho (extracto) n.º 7428/2008**

Por despacho da directora-geral da Administração da Justiça de 19-02-2008, foi renovada a comissão de serviço, por três anos, do Licenciado José Francisco Rocha Ramalho, no cargo de Chefe de Divisão de Processamento de Remunerações da Direcção de Serviços de Recursos Humanos desta Direcção-Geral, ao abrigo das disposições conjugadas do n.º 2 do artigo. 23.º e do n.º 8 do artigo. 21.º da lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro (na redacção dada pela lei 51/2005, de 30 de Agosto).

20 de Fevereiro de 2008. — A Directora de Serviços, *Helena Almeida*.

Direcção-Geral da Política de Justiça**Despacho (extracto) n.º 7429/2008**

Por meu despacho, de 27 de Fevereiro de 2008:

António Manuel Mendes de Almeida, nomeado precedendo a concurso, após confirmação de declaração de cabimento orçamental pela 5.ª Delegação da Direcção-Geral do Orçamento, Técnico Superior Principal da área funcional das Estatísticas da Justiça, do quadro de pessoal da Direcção-Geral da Política de Justiça. (Não carece de fiscalização prévia do Tribunal de Contas).

27 de Fevereiro de 2008. — A Directora-Geral, *Rita Brito*.

Direcção-Geral dos Serviços Prisionais**Direcção de Serviços de Gestão de Recursos Humanos****Aviso (extracto) n.º 7778/2008**

Faz-se público que, por despacho da directora-geral dos Serviços Prisionais de 21 de Fevereiro de 2008, foi alterado o júri do concurso externo de ingresso para o preenchimento de 300 lugares da categoria de guarda prisional masculino da carreira do pessoal do Corpo da Guarda Prisional, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 251, de 31 de Dezembro de 2007, aviso n.º 26491-A/2007 (2.ª série), que passa a ter a seguinte composição:

Presidente — Paulo Manuel Sales Moimenta de Carvalho, subdirector-geral dos Serviços Prisionais
Vogais efectivos:

António José Gomes Belo, director de serviços de segurança, em regime de substituição, que substituirá o presidente nas suas ausências e impedimentos;

José Luís Messias Pereira, director do Estabelecimento Prisional de Évora;

Camilo Silva Tavares, chefe principal do Corpo da Guarda Prisional;

Gabriel Antunes Vaz, chefe do Corpo da Guarda Prisional.

Vogais suplentes:

Pedro Marques Alves Lecercle Sirvoicar, assessor principal;

Ana Maria Castro Sacadura Manso Nunes, assessora principal;

Vítor Eduardo Coutinho Pires Marques, técnico superior de 1.ª classe;

Mónica Isabel Nascimento Fonseca, técnica superior de 2.ª classe.

22 de Fevereiro de 2008. — A Subdirectora-Geral, *Julieta Nunes*.

Instituto dos Registos e do Notariado, I. P.**Despacho (extracto) n.º 7430/2008**

Por despacho do Presidente deste Instituto, de 11 de Fevereiro de 2008, foi Maria Inês Borges de Almeida Gouveia de Paiva, segunda ajudante